



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de OXIGÊNIO MEDICINAL DOMICILIAR, Equipamentos e Acessórios Domiciliares, a fim de atender a demanda da Subsecretaria da Atenção Básica, conforme condições, especificações, quantidades e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitantes:** Subsecretaria de Atenção Básica; Programa Melhor em Casa;

1.3. **Fundamentação legal:** Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. **Período:** 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. **Tipo:** Menor preço Global, nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela abaixo descreve detalhadamente o serviço a ser contratado:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	QUANT.
		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONTINUADO DE OXIGÊNIO MEDICINAL ENVASADO EM CILINDRO/ EQUIPAMENTOS E DEMAIS ACESSÓRIOS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SERVIÇO DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR.	MÊS	12



1	454258	GÁS COMPRIMIDO, NOME: OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: GASOSO, FÓRMULA QUÍMICA: O ₂ , MASSA MOLECULAR: 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2 ENVASADO EM COD 376959 CILINDRO GÁS, MATERIAL: AÇO CARBONO SEM COSTURA, TIPO GÁS: OXIGÊNIO, VOLUME: 8 M ³ À 10 M ³ ENVASADO, EQUIPAMENTO: MANÔMETRO, PRESSÃO MÁXIMA SAÍDA: 3,5 KGF/CM ² FIXA, PRESSÃO MÁXIMA ENTRADA: 0 A 300 KGF/CM ² , MATERIAL CORPO: LATÃO CROMADO, APLICAÇÃO: CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, VAZÃO: 60 L/MIN	M ³ /ANO	110.000
2	454276	GÁS COMPRIMIDO, NOME: OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: GASOSO, FÓRMULA QUÍMICA: O ₂ , MASSA MOLECULAR: 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2 ENVASADO 900ML À 1M ³ .COM MOCHILA OU CARRINHO TRANSPORTE	M ³ /ANO	6.000
3	300700	GÁS COMPRIMIDO, NOME: OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: GASOSO, FÓRMULA QUÍMICA: O ₂ , MASSA MOLECULAR: 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, ENVASADO 3,5 M ³ À 4M ³ COM CARRINHO DE TRANSPORTE	M ³ /ANO	6.000
4	320756	LOCAÇÃO CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL, TIPO: ELÉTRICO, TIPO GABINETE: GABINETE PLÁSTICO RESISTENTE, CONCENTRAÇÃO: CONCENTRAÇÃO MÍNIMA 93%, COMPONENTES: ALARME SONORO, SISTEMA DE SEGURANÇA, ACESSÓRIOS: UMIDIFICADOR, FILTROS, CÂNULA OU MÁSCARA, FREQUÊNCIA: 60 HZ, ALIMENTAÇÃO: 220 V OU BIVOLT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO, USO DOMÉSTICO, CAPACIDADE: 0,5 A 5 L, MIN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DEOXIGENIOTERAPIA MEDICINAL	UNIDAD E/ ANO	360



5	443109	LOCAÇÃO -DESCRIÇÃO: CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, TIPO: ELÉTRICO, TIPO GABINETE: GABINETE PLÁSTICO RESISTENTE, CONCENTRAÇÃO: CONCENTRAÇÃO MÍNIMA 90%, COMPONENTES: ALARME SONORO, SISTEMA DE SEGURANÇA, ACESSÓRIOS: UMIDIFICADOR, FILTROS, CÂNULA OU MÁSCARA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO, USO DOMÉSTICO, CAPACIDADE: ATÉ 10 L, MIN	UNIDAD E/ ANO	300
6	435413	LOCAÇÃO - DESCRIÇÃO: MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO: UMIDIFICADOR, SAÍDA: P, OXIGÊNIO, TIPO FRASCO: FRASCO PLÁSTICO GRADUADO, C, TAMPA, VOLUME: CERCA DE 250 ML, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: CONECTOR METAL C, ROSCA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	UNIDAD E/ ANO	4200



7	413267	<p>LOCAÇÃO- DESCRIÇÃO: VENTILADOR ARTIFICIAL ELETRÔNICO, MODELO: PEDIÁTRICO, ADULTO, MODOS VENTILAÇÃO: VCV, SIMV, CPAP, A,C, VNI, MODOS VENTILAÇÃO 01: MISTURADOR DE GASES, PARÂMETROS VENTILATÓRIOS: PARÂMETROS VC, FR, FIO2, PEEP, PARÂMETROS VENTILATÓRIOS 02: RELAÇÃO I:E, COMPONENTES: VÁLVULAS REGULADORAS DE PRESSÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: BATERIA INTERNA, ALARMES: ALARMES AUDIOVISUAIS, CIRCUITOS: CIRCUITOS COMPLETOS SIMILAR AO MODELO: VENTILADOR MECÂNICO 110/220V (BIVOLT) MODOS: CPAP FIXO, BIPAP ESPONTÂNEO, ESPONTÂNEO COM TEMPO MARCADO, PRESSÃO CONTROLADA, COM INTERVALO DE PRESSÃO : IPAP DE 4 A 30 CM H2O EPAP DE 4 A 25 CM H2O CPAP DE 4 A 20 CM H2O.COM VENTILAÇÃO HÍBRIDA- AVAPS, VOLUME CORRENTE ALVO: 200 A 1500 ML. AJUSTE DE FR: 0 A 30 RPM AJUSTE DE TEMPO INSPIRATÓRIO: 0,5 A 3 SEGUNDOS</p> <p>TEMPO DE ELEVAÇÃO: 1 (100 MS) A 3 (300 MS) AJUSTE DE SENSIBILIDADE COM ALÍVIO DE PRESSÃO, BI-FLEX, COM NÍVEIS DE CONFORTO: 1 LEVE A ALTO, AJUSTE DE ALARME DE DESCONEXÃO APNEIA, BAIXO VOLUME MINUTO, BAIXO VOLUME CORRENTE, MONITORIZAÇÃO: PRESSÃO, VOLUME CORRENTE, VOLUME MINUTO, VAZAMENTO, FR, RAMPA COM TEMPO DE 0 A 45 MIN (INCREMENTOS DE 5 MIN) PRESSÃO DE INÍCIO DE RAMPA: 4 OU AJUSTÁVEL AO PACIENTE. DETECÇÃO DE CICLOS RESPIRATÓRIOS, DETECÇÃO AVANÇADA DE EVENTOS: VOLTAGEM 100 - 240 VCA, 50 /60 HZ + KIT MÁSCARA (NASAL, OROFACIAL, FACIAL TOTAL) E CIRCUITO COMPATÍVEL ADULTO E INFANTIL OU SIMILAR, COM FILTROS.</p>	UNIDAD E/ ANO	24
---	--------	--	---------------------	----



8	454276	LOCAÇÃO - DESCRIÇÃO: VENTILADOR NÃO INVASIVO, TIPO : CPAP, COM UMIDIFICADOR, APLICAÇÃO: ADULTO E PEDIÁTRICO, MODOS VENTILAÇÃO: AUTO CPAP, FAIXA DE PRESSÃO: CERCA DE 0 A 20 CM H2O, DADOS PROCESSADOS: CARTÃO DADOS, ADICIONAL: FILTROS, ADICIONAL 1: TRAQUEIA REQUISITOS ELÉTRICOS: 100-240VAC, 50/60HZ, 2.0- 1.0A COM COD: 454275 DESCRIÇÃO: MATERIAL P, VNI - CPAP , BIPAP, TIPO 1: MÁSCARA FACIAL, TIPO BORDA: COXIM SILICONE INFLÁVEL, TAMANHO : ADULTO M, VÁLVULA: C, VÁLVULA PEEP, TIPO FIXAÇÃO: FIXADOR AJUSTÁVEL C, APOIO FACIAL, CIRCUITO COMPATÍVEL ADULTO E INFANTIL, COM FILTROS	UNIDAD E/ ANO	720
9	454265	LOCAÇÃO - VENTILADOR NÃO INVASIVO, TIPO: BIPAP COM UMIDIFICADOR APLICAÇÃO: ADULTO E PEDIÁTRICO, MODOS VENTILAÇÃO: SENSÍVEL A PRESSÃO, FLUXO C, VOLUME ASSEGURADO, FAIXA DE PRESSÃO: CERCA DE 4 A 30 CM H2O, COMPONENTE 1: RAMPA, COMPONENTE 2:COMPENSAÇÃO DEVAZAMENTO, COMPONENTE 4: ALARME, DADOS PROCESSADOS: CARTÃO DADOS E LEITOR, ADICIONAL: MÁSCARA FACIAL, TIPO BORDA: COXIM SILICONE INFLÁVEL, TAMANHO : ADULTO M, VÁLVULA: C, VÁLVULA PEEP, TIPO FIXAÇÃO: FIXADOR AJUSTÁVEL C, APOIO FACIAL, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO.	UNIDAD E/ ANO	360
10	300700	CATETER OXIGENOTERAPIA, MATERIAL TUBO: PLÁSTICO ATÓXICO, TIPO: SILICONIZADO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TAMANHO: No 14, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDAD E/ ANO	4200
11	300700	CATETER OXIGENOTERAPIA, MATERIAL TUBO: PLÁSTICO ATÓXICO, TIPO: SILICONIZADO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TAMANHO: No 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDAD E/ ANO	360
12		EXTENSOR EM SILICONE 7 MTS, PARA CATETER DE OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS	UNIDAD E/ ANO	4200



13	435424	DESCRIÇÃO: MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO: MACRONEBULIZADOR, SAÍDA: P, OXIGÊNIO, COM MÁSCARA: MÁSCARA EM SILICONE, C, AJUSTE, TAMANHO: ADULTO, TIPO FRASCO: FRASCO ACRÍLICO GRADUADO, C, TAMPAS, VOLUME: CERCA DE 500 ML, TIPO EXTENSÃO: TRAQUEIA CORRUGADA EM PVC C, CONECTORES, COMPRIMENTO EXTENSÃO: CERCA DE 2,0 M, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: CONECTOR METAL C, ROSCA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	UNIDAD E/ ANO	120
----	--------	--	---------------------	-----

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para a contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente contratação possui a finalidade de atender a demanda de pacientes cadastrados no Programa ODP – Oxigenioterapia Domiciliar Prolongada, tendo como escopo as Portarias 2029/2011, 963/2013, ambas do Ministério da Saúde, que instituem a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.3. O serviço de Oxigenioterapia Domiciliar Prolongada é uma condição especial do Programa Melhor em Casa, de caráter essencial e ininterrupto, regulado pela Portaria MS nº 825 de 26 de abril de 2016, eventual complementação aos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde para o custeio das ações do SAD, é de responsabilidade conjunta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com a pactuação estabelecida na respectiva CIB e, se houver, na CIR.

3.4. O Programa atende pacientes de diversos níveis de complexidade onde as principais patologias atendidas pelo serviço são: Doença pulmonar obstrutiva crônica, Neoplasias em fase terminal, doenças musculares progressivas, Neuropatas crônicos, Apnéia do Sono entre outras.

3.5. O município de Nova Friburgo localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro segundo dados do IBGE 2010, possui uma população estimada de 190.631 habitantes, onde as principais atividades econômicas do município envolvem a agricultura, indústria e mercado atacadista (metalurgia, moda íntima), todas essas atividades somado o clima do município, são propensos ao desenvolvimento de doenças do aparelho cardiorrespiratório, neoplasias e intoxicações, além do alto índice de acidentes na RJ, que cursam com sequelas neurológicas graves e dependência de dispositivos ventilatórios.

3.6. Atualmente 0,06 a 0,10% da população de Nova Friburgo usam o serviço de Oxigenioterapia Domiciliar prolongada. (Aproximadamente 150 a 200 pacientes/mês/ano), com o advento da infecção viral Sars Cov2 no período de 2019 à presente data, parte dos

pacientes infectados cursaram com lesões graves (> de 50% de comprometimento pulmonar) e após infecção viral, com Hipoxemia e necessitam da continuidade do Oxigênio no âmbito domiciliar, acrescendo consumo de serviço.

3.7. A pretensa contratação visa permitir o acesso à ODP e a outros tratamentos para pacientes que realmente necessitem, com o objetivo de reduzir as internações hospitalares e promover aumento de sobrevida e melhor qualidade de vida.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial (salvo nas condições estabelecidas no subitem 4.1.1 desde Termo de Referência), concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como a que esteja punida com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

4.2 . Não poderá participar, ainda, o servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Nova Friburgo, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 . Os serviços serão executados conforme discriminação abaixo:

5.1.1. Período de 12 (doze) meses, atendendo ao quantitativo definido conforme o descrito neste Termo de Referência.



5.1.2. Os serviços de ODP serão autorizados por uma das Unidades Básicas de Saúde do município, que providenciarão o cadastro do paciente no Banco de Dados de ODP.

5.1.3. Pacientes não acompanhados nos serviços municipais de ODP poderão recebê-los na SMS, mediante cumprimento das exigências previstas no Projeto Básico de licitação ministerial portaria nº 963, de 27 de maio de 2013 e portaria nº 825 de abril de 2016.

5.1.4. Nestes casos, a empresa deverá comparecer na residência do paciente para avaliar a viabilidade técnica/operacional da fonte de oxigênio a ele indicada, bem como a estrutura residencial, para a adequação das condições de atendimento e os recursos a serem utilizados.

5.1.5. Após validar a fonte de oxigênio indicada pelo médico, a empresa deverá implementar os serviços e fornecer as orientações aos pacientes e familiares acerca da fonte de oxigênio e seu manuseio.

5.1.6. Os procedimentos previstos neste Termo de Referência, não deverão ultrapassar 48 horas e deverão ser realizados no horário de 07h:00min às 19h:00min. Ademais, nesta fase, a empresa deverá preencher, em 02 vias, o Relatório de Implantação de Oxigenoterapia Domiciliar (anexo 03 do Projeto Básico), encaminhando uma das vias para a unidade de referência e coordenação.

5.1.7 Após a coordenação do serviço, validar o relatório apresentado pela empresa, autorizando a execução do serviço. Deverá encaminhar à coordenação do serviço, unidade de referência e para a UBS de origem o Termo de Responsabilidade (anexo IV do Termo de Referência), assinado em 03 vias pelo paciente ou seu responsável.

5.1.8 Caso haja divergência entre as fontes de oxigênio recomendadas, a unidade de referência especializada e a empresa deverão, em comum acordo, disponibilizar ao paciente a fonte de oxigênio que considerarem mais adequada.

5.1.9 Mensalmente, a empresa deverá visitar o paciente, preencher o Relatório de Monitoramento Mensal, e encaminhá-lo à unidade de referência e à UBS solicitante, com cópia para a coordenação do serviço.

5.1.10 Ainda mensalmente, a empresa deverá enviar à unidade de referência, com cópia para a Coordenadoria, por meio eletrônico, o relatório de pacientes atendidos, bem como as respectivas fontes de oxigênio recebidas.

6. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada disponibilizará os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no subitem 2.1 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

6.2. A Contratada deverá garantir a não paralisação dos serviços contratados por motivos de falta de insumos/equipamentos, transporte ou recursos humanos.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do instrumento Contratual.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços do presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

8.1.1 Elemento de despesa: 33.90.39.62;

8.1.2 Fonte de recurso: 1600 – SUS;

8.1.3 Programa (s) de Trabalho(s):

30001.1030100832.193

30001.1030200832.199

8.2 As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas

neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3.** FGTS;
- 10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que o Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10.4 A empresa deverá encaminhar mensalmente, anexado à Nota Fiscal de Serviço ou fatura, o relatório de todos os serviços prestados, devidamente especificados e comprovados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Caberá à Contratante:

- 11.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.1.2** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas, com indicação do dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.1.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

11.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

12.2 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.3 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.4. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe à Contratante qualquer responsabilidade por atos de negligência dos empregados da Contratada durante o horário de trabalho;

- 12.9** Substituir, os materiais e equipamentos considerados inadequados;
- 12.10** Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;
- 12.11** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.12** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.13** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, quando for o caso;
- 12.14** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.15** Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;
- 12.16** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.17** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.18** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.19** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.21.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 12.22** Executar os serviços com estrita observância da metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos;
- 12.23** Não paralisar a prestação dos serviços, por quaisquer motivos, sem aviso prévio de 15 (quinze) dias à Contratante.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação, fica designado(a) o(a) agente público(a) abaixo informado(a):

NOMES	MATRÍCULAS	FUNÇÃO
Gilmara Guimarães de Souza	062.870	GESTORA TITULAR
Diana Roque Ecard	063.230	GESTORA SUBSTITUTA
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
VIVIANE NUNES LOPES DE OLIVEIRA MEDEIROS	207.436	SUPERIOR IMEDIATO
FRANCINERI PINHEIRO DE ALMEIDA	299.239	FISCAL TITULAR
ANA PAULA DE OLIVEIRA COSTA	207.841	FISCAL SUBSTITUTA
PROGRAMA MELHOR EM CASA		
PÂMELA FREIMAN DE ALMEIDA	063.203	SUPERIOR IMEDIATO
MARISTELA TIELLET	299.248	FISCAL TITULAR
ANA CAROLINA FOLLY PINHEIRO	2115226	FISCAL SUBSTITUTO

15.3 Os fiscais designados pela Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



15.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.7 Os fiscais designados pela Contratante deverão promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com o responsável técnico do setor requisitante, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:



17.1.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.1.2 Apresentar documentação falsa;

17.1.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.1.5 Não manter a proposta;

17.1.1.6 Cometer fraude fiscal;

17.1.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3 Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.5 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.



18. DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo, o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 04 de setembro de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 063.343

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137